



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de São José do Rio Preto**

SUMÁRIO EXECUTIVO

São José do Rio Preto, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de São José do Rio Preto, objeto deste documento.

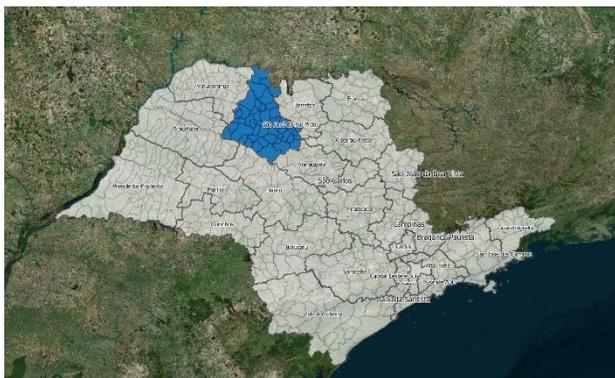


Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de São José do Rio Preto**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise. Cada uma delas se alinha a questões referentes às sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário; e

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.

- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes utilizadas consistem, principalmente, das versões mais recentes de bancos de dados públicos como os mantidos por: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra de municípios do estado de São Paulo.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando a produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A região de São José do Rio Preto ocupa a décima terceira posição entre as 28 regiões do Estado de São Paulo em relação a população total. A região possui um total de 1.139.404 habitantes, representando 2,48% da população total do Estado. Pode-se dividir a região em termos de população em 3 categorias: i) Acima de 100 mil habitantes, que inclui a cidade de São José do Rio Preto, que, sozinha, representa 40,43% da população total da região, e a cidade de Cantanduva, que responde por mais 10,69% dos habitantes da região; ii) Entre 20 e 60 mil habitantes, que inclui os municípios de Mirassol, Novo Horizonte, José Bonifácio, Tanabi, Monte Aprazível, Nova Granada e Guapiaçu que, juntos, são responsáveis por 20,35% da população da região. iii) Municípios com população menor que 20 mil habitantes, categoria esta em que se encontram os outros 38 municípios da região e que responde pelos 28,52% restante da população da região.

Em termos da estrutura etária, observa-se estruturas semelhantes, porém com diferenças significativas na base e no topo da pirâmide. Tanto no estado, quanto na região em questão, a maior parte da população é composta por pessoas entre 25 e 45 anos de idade. Porém,



nota-se que a região tem uma proporção menor de homens e mulheres abaixo de 25 anos, e maior para o corte acima de 45 anos. Portanto, a região de São José do Rio Preto possui um perfil um pouco mais envelhecido que o Estado de São Paulo como um todo.

Com relação a razão de sexo, a região de São José do Rio Preto, quando comparada com as demais regiões do Estado de São Paulo, é a décima quarta neste ranqueamento. Para cada 100 mulheres, a região possui 97,82 homens. Este número é ligeiramente maior que a média das demais regiões do Estado, que é de 97,28 homens para cada 100 mulheres.

A respeito da taxa de fecundidade regional, a região de São José do Rio Preto ocupa a 24ª posição com um valor de 1,5. Vale ressaltar que o índice de reposição populacional é calculado em 2,1, e a região de São José do Rio Preto encontra-se sensivelmente abaixo desse número.

Por fim, sobre a mortalidade, a taxa bruta (TBM) regional sofre impacto da maior presença de populações mais envelhecidas na região, o que contribui para que a TBM aferida se situe no patamar de 7,3 óbitos/1.000 habitantes para homens e 5,0 óbitos/1.000 habitantes para mulheres. Ambas as taxas são próximas ao observado no conjunto do estado.

Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região de São José do Rio Preto, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas a serem regionalmente customizadas.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A esse respeito, a região apresenta números similares ao do restante do estado em todos os níveis. Pode-se caracterizar a região como um local dependente do ensino público uma vez que em todos os ciclos educacionais do ensino básico a participação de escolas públicas é superior a 77%.

Quanto ao IDEB, de acordo com os dados de 2019, 76,6% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, frente aos números já elevados de 89,3% no Estado. Com relação aos anos iniciais do ensino fundamental esses valores são 38,3% na região contra 42,5% no estado. Já em relação ao ensino médio, 46,6% dos municípios da região ficaram abaixo da meta, valor alto quando comparado com o estado como um todo (27,8%). Em termos de nota absoluta no IDEB, a região possui um desempenho ligeiramente melhor ao



apresentado pelo estado em todos os ciclos educacionais avaliados, menos para o ensino médio. Neste, a média da região é de 3,5, enquanto a do estado é de 4,1.

Com relação ao ensino profissional, destaca-se o fato de que a modalidade predominante seja, em termos de matrículas por docente, o curso concomitante ao ensino médio. As 27 instituições na região que ofertam cursos profissionalizantes estão localizadas nos municípios de localizadas nos municípios de Catanduva (2 instituições públicas e 6 privadas), São José do Rio Preto (1 públicas e 11 instituições privadas), Mirassol e Monte Aprazível (1 pública em cada), José Bonifácio, Onda Verde e Tanabi (1 privada em cada), e Novo Horizonte (2 instituições de ensino profissional públicas). Ainda sobre o ensino profissional, olhando apenas para matrículas na rede federal, a região de São José do Rio Preto tem-se a distribuição de matrículas de maneira bem uniforme em 4 eixos temáticos: “Automação”, “Informática”, “Mecânica” e “Petroquímico”. Cursos nestes eixos estão relativamente mais presentes na região do que no Estado de São Paulo como um todo, principalmente no caso dos dois últimos citados.

Por fim, o ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média

estadual de matriculados em ligados a “Saúde e bem-estar”, “Negócios, administração e direito”, e “Engenharia, produção e construção”. Se por um lado, a região possui uma proporção menor de alunos em cursos de Educação (8% contra 17% no estado), pode-se observar que a região de São José do Rio Preto se destaca no percentual de matriculados em cursos superiores ligados a “Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária” (10% na região, enquanto no estado esse número corresponde a 2% do total de matriculados no ensino superior). A região de São José do Rio Preto possui 18 instituições de ensino superior (4 públicas e 14 privadas), sendo 3 Centros universitários e 15 faculdades. É importante ressaltar que a cidade de São José do Rio Preto concentra 10 dessas instituições de ensino superior. As demais estão distribuídas pelos municípios de Catanduva (4), e José Bonifácio, Mirassol, Monte Aprazível e Novo Horizonte (1 cada).

2.3 Características da área de saúde

Os municípios da região de São José do Rio Preto são responsáveis por cerca de 3,5% (ou 3.024) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no Estado de São Paulo em junho de 2020. Apesar de aparentemente pouco equipada, a região se mostra, na verdade, sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (2,48%).

Na comparação com o restante do estado, nota-se que há na região a ênfase na rede ambulatorial de média complexidade, que representa mais da metade dos estabelecimentos de saúde na região de São José do Rio Preto (76,7%). Tal participação se mostra superior ao índice estadual (62,1%). A região também possui 18,2% da sua rede de atendimento composta por ambulatórios de atenção básica, número significativamente menor do que o do restante do estado, 33,0%.

De maneira geral, a região de São José do Rio Preto possui uma estrutura hospitalar acima do observado na média do estado. A região apresenta não somente uma rede de atendimento ambulatorial de atenção básica a saúde maior que o observado no estado como um todo, como isso também se observa quando olhamos para a razão de leitos, leitos de UTI e respiradores por habitante. Vale ressaltar que, de maneira geral, estes equipamentos estão concentrados na cidade de São José do Rio Preto, e, em menor escala, nos municípios de Catanduva e Novo Horizonte.

Tanto o perfil de internação quanto as causas de óbito estão em consonância com o observado no restante do Estado. Entre as causas de internação mais prevalentes estão "Gravidez, parto e puerpério", "Doenças do aparelho digestivo", e "Doenças do aparelho circulatório". Já as principais causas de morte

são "Doenças do aparelho circulatório", "Neoplasmas (tumores)" e "Doenças do aparelho respiratório". Apesar da proporção de internação por motivos de acidentes e violência apresentar incidência menor do que observado no Estado de São Paulo, ao olharmos para a proporção de óbitos, essa causa é muito mais presente na região que no estado como um todo.

2.4 Características da Assistência Social

A região de São José do Rio Preto apresenta volume considerável de equipamentos de serviços públicos, proporcional à representação populacional da região no estado de São Paulo. Embora a análise não explicitamente os efeitos da implementação das políticas públicas por esses aparelhos, é possível notar que a cobertura das políticas de assistência social na região é coerente. A região possui 29 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e 9 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respondendo por cerca de 5,5% e 5,0%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no estado de São Paulo. A região conta com 2 unidades do Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – possui 340 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência – aproximadamente 4,2% do total estadual. Ainda assim, a região apresenta 78 Unidades de Acolhimento, equipamento



público responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Vale destacar que a cobertura relativa de equipamentos na região – na faixa entre 3,6% e 5,5% - é proporcional com a fração da população paulista presente no território de São José do Rio Preto.

A região em questão possui o total de 90.940 famílias cadastradas no CadÚnico, representando 2,2% do total de 4.173.780 de famílias cadastradas no estado de São Paulo. Por sua vez, ao analisarmos o percentual de famílias com rendimento per capita até R\$ 89,00 (extrema pobreza), a região de São José do Rio Preto, possui 6,7% da sua população nessa faixa de renda. Assim, São José do Rio Preto possui um menor percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico e em extrema pobreza que o observado no Estado de São Paulo. Considerando os Municípios dessa região é interessante perceber que Sales ultrapassa os 20,0% da sua população na extrema pobreza. Comparados aos 642 municípios do Estado, Sales está na 57ª posição de maior percentual de extrema pobreza. Por sua vez, Orindiúva tem apenas 0,6% da sua população em extrema pobreza, ocupando a 642ª colocação neste mesmo ranking. Outro ponto que vale ressaltar é o fato

de que, dos municípios da região de São José do Rio Preto, 21 deles possuem extrema pobreza acima da média da região de 8,1%.

O perfil de famílias cadastradas no CadÚnico revela as formas de vulnerabilidades socioeconômicas vivenciadas nas regiões e está diretamente relacionado com os objetivos e o grau de cobertura das políticas públicas e a estrutura econômica das regiões e do estado.

Com relação à transferência de renda através do programa Bolsa Família, a região de São José do Rio Preto, possui 87.467 pessoas que recebem o auxílio, representando assim 1,9% do total do estado de São Paulo. O valor despendido pelo programa na região é de R\$ 5.293.698,00, o que representa 1,9% do total do estado, este montante quando dividido pelo total de beneficiários do PBF, obtém-se um valor de R\$ \$ 60,52 por beneficiário, o que representa um valor um pouco maior para o *ticket* médio pago no estado (R\$ 59,01). Cabe destacar que a região é segunda com menor número de beneficiários do Bolsa Família no Estado de São Paulo.

Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia da Covid-19, foi o auxílio emergencial. São elegíveis ao programa àqueles indivíduos que se encontram desempregados durante a pandemia e àqueles



já beneficiários do Bolsa Família. Com relação a este auxílio, São José do Rio Preto ocupa a 19ª posição no *ranking* de beneficiados pelo programa, com 9,1% da sua população recebendo a o auxílio emergencial.

Como consequência histórica da infraestrutura social disponível para a população, a região apresenta, tanto para o IDHM quanto para o IPRS, níveis levemente diferentes para as três dimensões quando comparada à média Estadual e as demais regiões de articuladores. A região de São José do Rio Preto apresenta, quando comparada ao Estado de São Paulo, valores de IDHM, IDH Educação e Longevidade praticamente iguais. É observada diferença a respeito do IDH Renda - com valor um pouco mais baixo na região que no Estado. Pode-se inferir que a população da região tem menor acesso à renda do que a média Estadual. Entretanto, para todos indicadores do IDHM os valores são considerados altos.

Em relação ao IPRS, é interessante notar que, quando se compara as médias municipais das demais regiões, a região de São José do Rio Preto ocupa nos *Rankings* de Educação, Longevidade e Renda, respectivamente, a 2ª, 2ª e 13ª posição. Ou seja, apesar do mediano nível de indicadores de renda, a região se destaca em relação a educação e longevidade.

Quanto a classificação dos municípios por grupos de IRPS, existe concentração de municípios nos grupos “Equitativos”, porém quando se pondera pela população, isso muda para o grupo “Dinâmicos”. Em contrapartida, ao se comparar com o Estado, a população residente em municípios classificados como “Vulneráveis” é substancialmente menor na região. Portanto, bons indicadores educacionais e de saúde, e indicadores ruins de renda, caracterizam a situação social da região.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

Em valores totais, o PIB da região de São José do Rio Preto, obtido por meio da soma de todos os Municípios pertencentes à região, foi de R\$ 37,58 bilhões em 2017, sendo que o PIB total do Estado foi de R\$ 2,1 trilhões. Quando considerada a população total, observa-se que o PIB per capita é menor na região de São José do Rio Preto do que no Estado. O PIB per capita de São José do Rio Preto corresponde a 71,6% do PIB per capita médio do Estado, indicando que o desenvolvimento econômico da região é inferior ao verificado do restante do Estado. Isto coloca a região de São José do Rio Preto como a décima sexta com maior PIB *per capita* do Estado. De fato, tal análise corrobora com os níveis da renda do IPRS da região e mencionados anteriormente.

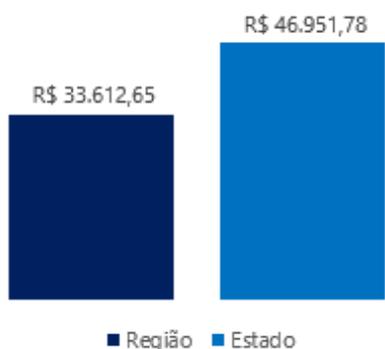


Figura 2: PIB per capita na região de São José do Rio Preto em comparação com a média estadual

No comparativo entre os Municípios pertencentes à região de São José do Rio Preto, verifica-se grande variabilidade entre o PIB per capita, com o Município de Palmares Paulista possuindo PIB per capita correspondente a apenas 27% da média regional, enquanto o de Itajobi apresenta uma razão de 233% em relação à média da região. Estes dados revelam a importância de políticas públicas que atentem para estas diferenças, restando claro que os desafios para determinados Municípios são muito superiores que para outros.

Analisando a composição setorial do PIB, observamos que a região de São José do Rio Preto possui grande parte de sua economia relacionada à serviços e comércio, apesar do valor neste setor ser inferior à média do Estado. De forma geral, nota-se que a disparidade da representatividade do setor de serviços e

comércio é menor entre as regiões, com a região de São José do Rio Preto situando-se em um nível superior no *ranking* regional. Apesar disso, ainda comparado com outras regiões do estado podemos concluir que existe espaço para aumento de consumo na região.

Analisando-se o setor industrial da região, é possível observar que a região de São José do Rio Preto possui representatividade da indústria em sua economia abaixo da que se observa no restante do Estado, sendo a região com a 21ª maior participação desse setor.

Por último vale ressaltar a proeminência do setor agropecuário na região (8% do PIB regional) quando comparado ao observado no restante do estado (2% do PIB estadual). Isso coloca a região de São José do Rio Preto como a 12ª região com maior representatividade da agropecuária para o PIB regional, indicando i) boa vocação da região para a agropecuária e ii) o possível papel chave desse setor para o desenvolvimento da economia local.

Por fim, chama a atenção a média representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB regional, o que indica existência de espaço para a iniciativa privada para ocupar e desenvolver esta região, que possui diversos Municípios com atividade econômica significativa e outros com em situação oposta.

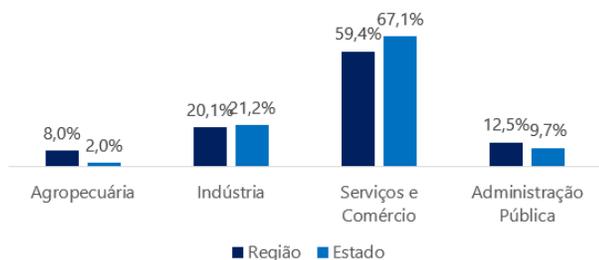


Figura 3: Composição do PIB setorial na região de São José do Rio Preto em comparação com o restante do Estado

3.2 Perfil dos Estabelecimentos Formais

A região de São José do Rio Preto possui 33.054 empresas formalmente registradas, sendo englobadas neste número todas as micro, pequenas, médias e grandes empresas, que representam 3,3% do total de empresas registradas no Estado. Ao analisarmos a distribuição destas firmas, por porte, notamos que esta é similar em São José do Rio Preto e no restante do Estado. Além do porte similar, é verificado que a adesão ao Simples Nacional é razoavelmente similar, uma vez que na região de São José do Rio Preto 62,0% das empresas estão incluídas neste regime de tributação, contra 57,0% no estado.

A partir da análise da natureza jurídica das empresas é possível verificar a maior proeminência da classificação “pessoa física”

em relação ao restante do Estado de São Paulo. Desse tipo de natureza jurídica fazem parte produtores rurais, o que condiz com os resultados verificados para o PIB setorial na região. Além de analisar o porte e natureza jurídica das empresas, foram levantados dados referentes aos vínculos formais na região conforme abordado nos próximos parágrafos..

3.3 Vínculos empregatícios e rendimentos

Ao analisar os vínculos formais por porte de empresa na região de São José do Rio Preto e no restante do estado, verifica-se maior importância de microempresas na geração de vínculos empregatícios na região. Esse resultado demonstra que as microempresas empregam mais pessoas, em média, em São José do Rio Preto, do que no restante do Estado. A diferença é compensada nos níveis de emprego das grandes empresas, que, em média, empregam menos pessoas na região do que no conjunto do estado.

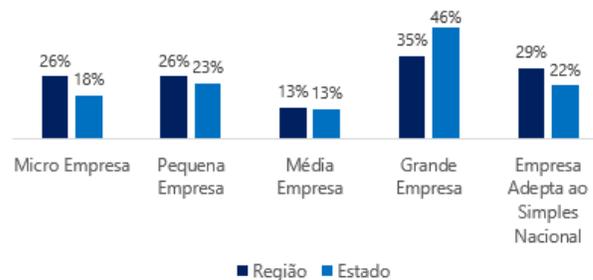


Figura 4: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de São José do Rio Preto em comparação com o restante do Estado

Diferente do visto anteriormente - proeminência de empresas classificadas como “pessoa física” - a quantidade de vínculos para este tipo de natureza jurídica é mais similar à média estadual. Essa semelhança entre a distribuição dos vínculos e na região e no estado se mantem nas demais naturezas. Vale destacar a com uma menor presença de vínculos na administração pública na região em questão do que no restante do Estado de São Paulo.

Analisando-se as 28 regiões do Estado, verifica-se que a importância das micro e pequenas empresas (MPEs) para o número total de vínculos difere significativamente entre as regiões. No ranking deste indicador, observa-se que a região de São José do Rio Preto se encontra na quinta colocação, com 52,1% dos vínculos formais de emprego relacionados à MPEs.

Além de analisar a quantidade de vínculos por porte e natureza jurídica, foi avaliado também o rendimento médio dos trabalhadores na região, estratificado por porte da empresa. O rendimento médio dos trabalhadores de São José do Rio Preto, independentemente do porte da empresa, é consistentemente inferior à média estadual, o que está em linha com os resultados verificados para o PIB da região, igualmente inferior à média estadual. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores de São

José do Rio Preto ganham o equivalente a 77,4% da média estadual. Melhor contextualizando, temos que a região de São José do Rio Preto é apenas a 15ª entre aquelas com maiores rendimentos médios, condizente com os resultados verificados para o PIB *per capita* na região.

3.4 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está em nível baixo, quando comparado às demais regiões do Estado. Cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos há, em média, 372,7 vínculos formais (12ª maior média).

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador no sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do estado foi aferido o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região possui 93,4 MEIs registrados para cada grupo de 1.000 habitantes em idade economicamente ativa, sendo a sétima região paulista com maior



média. Esse resultado dá indícios de boa tendência empreendedora da região, uma vez que este tipo de modalidade jurídica é usualmente utilizado para pequenos negócios ou prestação de serviços.

A análise dos setores produtivos por meio do quociente locacional – calculado com base no número de vínculos formais por atividade produtiva – corrobora a avaliação de que a região possui vocação para a produção agrícola, refino de açúcar e produção de biocombustíveis.

3.5 Atividade agropecuária

Assim como observado no restante do Estado de São Paulo, a região de São José do Rio Preto apresenta predominância da agricultura familiar entre seus estabelecimentos. Tem-se que 65,4% dos produtores agropecuários da região comandam estabelecimentos pertencentes a tal grupo, índice similar ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (65%). Isto e coloca a região em questão como a décima no ranking de participação de agricultura familiar.

A situação se altera ao olharmos para os estabelecimentos que participam do Pronamp. Do total de estabelecimentos agropecuários registrados nos municípios da região de São José do Rio Preto, 33,6% participam do

Pronamp, participação próxima do que o patamar de 33,8% aferido no conjunto do Estado de São Paulo.

Enquanto a região de São José do Rio Preto localiza-se entre aquelas com mediana participação da agricultura familiar nos estabelecimentos de produção agrícola no estado, o nível de associação entre os estabelecimentos agropecuários apresenta-se abaixo daquele atribuído às demais regiões,. Observa-se que 25% do total de estabelecimentos pertencem a algum tipo de associação, um número maior do que existente no estado, que é 34%. A maior parte dos estabelecimentos agrícolas de São José do Rio Preto conta com algum tipo de assistência técnica. Do total de estabelecimentos da região, 41,5%, recebem algum tipo de assistência técnica, o que corresponde a 6,9% da participação estadual, uma parcela significativa. Dentre os estabelecimentos que recebem assessoria, 54,5% correspondem a assessoria própria, 9,2% recebem assessoria de empresas integradoras, 11,0% contam com assessorias de outros tipos e 16,9% com assessoria proveniente de cooperativas. Tem-se que 14,6% dos estabelecimentos recebem assessoria governamental. É possível constatar que a região de São José do Rio Preto apresenta uma maior proporção das assessorias categorizadas como “própria” que o observado no estado. Por outro lado, a

proporção de assessorias técnicas oriundas de cooperativas e governo encontram-se sub representadas na região.

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios sobre a vocação agrária da região e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo ao setor. É possível constatar que a produção “pecuária e criação de outros animais” é a atividade predominante com a participação de 55,9%, acima da média estadual que é 51,8%. Ao olhar-se a participação conjunta da produção de lavouras, permanentes ou temporárias, chega-se a uma proporção de pouco mais de 39% da produção total da região. Esse valor é maior que a soma da participação das lavouras no estado, que é cerca de 33%.

3.6 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico a situação no Estado de São Paulo é a seguinte: (i) aumento da taxa de desocupação, (ii) estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), (iii) redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, (iv) redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, (v) aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando

trabalho por causa da pandemia, (vi) redução da Taxa de Informalidade e (vii) impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Na região de São José do Rio Preto, os dados para o período janeiro e julho de 2020 revela que houve um forte aumento de vagas formais no período pré-pandemia (janeiro e março). Porém durante os meses de abril, maio e junho, a região sofreu com uma queda de vínculos formais proporcionalmente maior do que o restante do estado, mas também com uma recuperação melhor que as demais regiões no mês de julho. A prevalência de atividades agrícolas, somados ao bom desempenho do mercado de trabalho nos meses pré-pandemia, foram preponderantes para o resultado observado para o emprego no momento de pandemia, fazendo com que a região em questão fosse uma das menos afetadas no quesito saldo de empregos formais.

Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

Em 2018, os municípios da região de São José do Rio Preto tiveram uma receita total de 3.984,48 milhões de reais, o que corresponde a 2,3% da soma das receitas de todos os municípios do Estado de São Paulo. A região teve uma receita *per capita* (R\$ 3.678,15)

menor do que a observada no estado como um todo (R\$ 3.910,65). Ao olhar-se o *ranking* regional, temos que São José do Rio Preto possui a 13ª maior receita per capita entre as 27 regiões paulistas. Vale ressaltar que entre os municípios da região, existe uma grande heterogeneidade. Alguns municípios, como Zacarias (R\$ 8.744,74), União Paulista (R\$ 8.052,70) e Marapoama (R\$ 7.658,39) possuem receita per-capita significativamente maior que a média da região (R\$ 4.323,51). A maior cidade da região, São José do Rio Preto é uma cidade com uma receita per capita menor que a média, com um valor de R\$ 3.655,12.

É importante entendermos o quanto a receita dos municípios da região depende de participação própria e de transferências. A importância de receitas próprias nos municípios da região de São José do Rio Preto é abaixo do observado no restante do estado. Enquanto os municípios do estado possuem 36,3% do total da receita vindo do próprio município, na região de São José do Rio Preto esse percentual é inferior, 22,4%. Como esperado, a região de São José do Rio Preto depende bastante das transferências. Cerca de 63,7% das receitas dos municípios da região em questão vem de transferências, enquanto esse número para o Estado de São Paulo é de 52,3%. Isso coloca a região de São José do Rio Preto como a 16ª

com maior dependência de transferências em termos de receita.

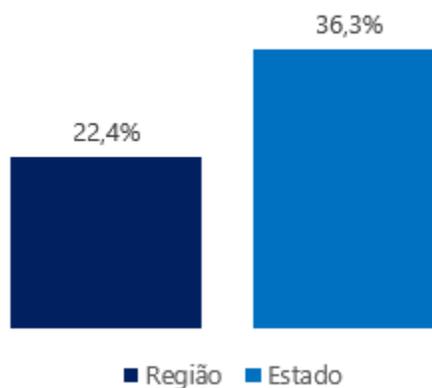


Figura 5: Participação Da Receita Própria

Outra peculiaridade da região de São José do Rio Preto é fato de a composição das transferências recebidas serem diferentes do que ocorre no estado. Na região, as transferências estaduais e federais são distintas, respondendo, cada uma, respectivamente, por 41,6% e 39,4%. Ao olhar-se para a totalidade dos municípios paulistas, vê-se que estes também dependem majoritariamente de transferências estaduais, 48,9%, e as transferências federais tendo importância secundária, com 31,1% do total. Portanto, a região apresenta um perfil mais uniforme na dependência das transferências do que o restante do estado.

Do ponto de vista das despesas os municípios da região são responsáveis por um gasto de R\$ 3.361,65 milhões, que representa 2,3% de todos os gastos no Estado. Ao levarmos em conta a sua população de 1.083.284, temos que a região apresenta um gasto de R\$ 3.103,20 por habitante da região, o que é maior do que o valor médio para todo o Estado de São Paulo (R\$ 3.317,68). A região ocupa a 13ª colocação, mesma posição que ocupa em relação a receita. Destaca-se alguns pontos sobre os municípios da região: o maior município da região, São José do Rio Preto, é aquele que apresenta o maior valor total de despesa corrente, com um total de R\$ 1.423.272.701,35. No entanto, ao controlar-se pela população, o município com o maior valor per capita é Zacarias, que também possui a maior receita per capita.

A região gasta de forma muito semelhante ao Estado como um todo nas dimensões de Saúde, Agricultura, Assistência Social e, em menor escala, Outras (que engloba, por exemplo, Transportes e Urbanismo). A região possui um percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida semelhante à totalidade do estado. Dos 22 municípios que possuem informação, 20 estão de acordo com o cumprimento legal da lei de responsabilidade fiscal, e 2 estão acima do limite prudencial, mas abaixo do limite de alerta.

Com relação a capacidade de pagamento (CAPAG), 13% dos municípios da região de São José do Rio Preto possuem nota final A, uma proporção maior do encontrado para o Estado de São Paulo como um todo, que é 10%. A região em questão tem uma proporção de municípios com nota final A ou B correspondente a 32%, valor um pouco maior ao observado entre os municípios do estado (30%). Ao analisar cada indicador separadamente, nota-se que a região de São José do Rio Preto possui uma distribuição de notas de Liquidez, poupança e endividamento parecida com a do estado.

O desempenho nesses quesitos explica a colocação da região de São José do Rio Preto no ranking estadual proporção de municípios com nota CAPAG A. A nona colocação nesse *ranking* coloca a região acima da mediana desse indicador.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

Existe enorme discrepância na sua implementação, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatória tende a gerar maior implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo

planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, tendo os planos municipais como proxy. Estes são os casos de áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou cujos incentivos federais são menores (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

A realidade dos consórcios – temática correlata as **Relações Institucionais** - na região de São José do Rio Preto difere dos municípios brasileiros e mesmo da média das localidades paulistas. Mesmo em relação a saúde, área na qual mais há cidades consorciadas no Brasil, possui baixíssimo percentual de municípios consorciados, apenas 2%. A área com mais municípios consorciados, corresponde ao meio ambiente e desenvolvimento urbano, com 4%. Ou seja, a região apresenta um nível muito abaixo da média do estado no que tange a consórcios públicos. Em resumo, baseado nos dados apresentados pela pesquisa de 2015, a região de São José do Rio Preto possui, de

forma geral, uma menor propensão ao consorciamento que a média estadual, sendo incipiente neste sentido em todas as áreas. Esse indicador é importante como referência para a atuação do SEBRAE-SP visando identificar que estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

No caso da Lei Geral, apesar da defasagem dos dados (atualizados em 2014) a região de São José do Rio Preto desempenha pior do que a média estadual. Dos 47 municípios que compõem a região 16 (34%) implementaram a Lei Geral, substancialmente abaixo do nível estadual de implementação de 53%. O comparativo com as demais regiões de articuladores é eloquente: a região de São José do Rio Preto entre as 5 últimas neste quesito. Este é mais um tópico que pode orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação. Complementarmente, as aplicações de políticas de **desenvolvimento local** são baixas, vale observar se há fatores particulares da região que podem explicar que apenas 2 das



idades (4%) as têm implementada - contexto este diferente ao apresentado pelo Estado com nível de implementação de 7%.

Com relação ao Via Rápida Empresa, na região de São José do Rio Preto, 26 municípios (55%) têm este mecanismo implementado. Comparada ao Estado, com nível de implementação de 69%, a região desempenha pior. Além disso, comparada as demais regiões de articuladores, São José do Rio Preto se coloca como a 19ª região nesse ranking. Portanto essa é uma característica relevante ao se pensar em políticas para o desenvolvimento da região.

No tocante à gestão municipal, se destaca o programa Sala do Empreendedor que consiste em locais de atendimento disponibilizados pelas Prefeituras Municipais voltados à facilitação e orientação do público nos processos de abertura, regularização e baixa de empresas. Novamente, a região de São José do Rio Preto apresenta baixos níveis de implementação deste mecanismo em seus municípios, com a Sala do Empreendedor implementada em apenas 14 (30%) de seus municípios. Isso coloca a região em uma posição inferior no ranking regional. Se considerarmos que este indicador é de 39% para o Estado e os altos níveis de implementação nas regiões de Osasco (80%), Alto Tietê (81%) e do Grande ABC (86%)

podemos concluir que a parceria e orientação do SEBRAE é de importância para superar esta limitação e aprimorar a infraestrutura e a gestão empresarial dos municípios alinhada à promoção de políticas e da cultura do empreendedorismo na região.

Nos demais instrumentos de gestão local, a situação da região é a que segue. No uso do poder de compras, desburocratização e agentes de desenvolvimento, a região encontra-se defasada em relação à média estadual, sobretudo nos níveis intermediário e avançado. A região em questão está entre as piores nesse quesito quando olhamos os rankings regionais.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença de mulheres e da população negra



em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, reforça-se a importância do SEBRAE-SP na capacitação das prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores

como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária relativa às compras governamentais, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do site da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para



gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras e há alta frequência a cursos de atualização e de capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de São José do Rio Preto é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial devido ao alto índice de compras realizadas por meio de dispensa de licitação. Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação é possível observar o alto índice de uso do pregão eletrônico, o que é positivo, no entanto vê-se baixa aderência à bolsa eletrônica de compras.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa primária de inclusão produtiva mostrou um universo de respondentes diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil,



a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. Resta saber se a causa é um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região, a maioria das cidades da região não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área. É significativo o número de cidades com ações de inclusão na região, tanto rural como para a geração de trabalho e renda. Porém, há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas. No campo das ações de inclusão produtiva rural, as cidades investem mais em assistência técnica e extensão rural, fomento a atividades produtivas aquisição de alimentos no âmbito do PAA ou do PNAE.

Nas iniciativas de qualificação profissional, chama a atenção que ações de intermediação de mão de obra que é a menos indicada no conjunto das ações realizadas como projetos ou programas. Na área da inclusão produtiva rural, fomento a atividades produtivas (artesanato ou



empreendimento individuais ou coletivos urbanos) assumem destaque. O segundo grupo são ações de apoio técnico ou de incubação de negócios, embora esse último seja menos relevante por exigir maiores investimento e recursos técnicos. O terceiro grupo são ações de apoio logístico como doação de equipamentos.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, a maioria das cidades da região desenvolve esse tipo de ação, com predominância de existência do Banco do Povo. Além disso é menos usual a existência de ações de microcrédito na região do que no estado. Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é representativa nas cidades da região. O foco das ações parece bem equilibrado.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de São José do Rio Preto, mostram que se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Este é o aspecto mais importante. Por outro, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo – que podem ser as mesmas em todas as áreas -, o que indica um espaço grande de atuação para o

SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

4. Considerações finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de São José do Rio Preto é bastante expressivo. Nesse sentido, este capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Importância de considerar o perfil da região, com dois municípios com mais de 100 mil habitantes (São José do Rio Preto e Catanduva) e 7 municípios que possuem entre 20 e 60 mil habitantes. Juntos, esses 9 municípios são responsáveis por mais de 70% da população da região, o que possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica.
2. População com um nível de envelhecimento acima da média estadual, sendo a quarta região com maior índice de envelhecimento entre as regiões analisadas. Isto afeta a disponibilidade da PEA, influencia a dinâmica econômica e o perfil do gasto

público regional em áreas como saúde e assistência social. Cabe ressaltar que apesar do alto índice de envelhecimento, a região possui uma razão de dependência próxima a média observada no estado. Isso pode indicar que o alto número de idosos é compensado por um baixo número de crianças relativamente ao restante do estado. Portanto é esperado que essa razão de dependência aumente no médio prazo.

3. Vulnerabilidade social elevada, o que se reflete nas taxas de mortalidade mais altas que a média estadual. Nessa linha-, a proporção de óbitos por motivos de “acidentes e violência” é maior na região do que no estado como um todo. Ainda olhando o aspecto social da região, tem-se que o PIB per capita é inferior à média estadual, porém o IDHM é similar a média do estado.
4. Educação básica majoritariamente pública, ofertada pelo município. Para esta etapa, a região possui números de matrículas por docente similar a observada no estado.
5. Qualidade do ensino fundamental é um tema relevante, e a região possui notas do IDEB em pouco acima da média estadual, menos para o ensino médio. Além disso, a

região apresenta alta proporção de municípios abaixo da meta em todos os níveis educacionais. O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).

6. Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais. Nesse sentido, ao olharmos a oferta de cursos da rede federal na região, observa-se foco em mecânica, informática e automação. A oferta de cursos profissionalizantes é razoavelmente parecida entre o setor privado e o setor público. As 27 instituições presentes na região estão nos municípios de Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Monte Aprazível, Jose Bonifácio, Onda verde, Tanabi e Novo Horizonte.
7. A região possui 18 instituições de ensino superior, sendo 14 privadas e 4 públicas. Número de matriculados em cursos superiores a distância ainda é incipiente na região. Ao observarmos o perfil dos matriculados nessa etapa de ensino em

relação ao estado de São Paulo, vemos que a região de São José do Rio Preto possui um número maior de matriculados em cursos de “Saúde e Bem estar” e “Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária”.

8. Na saúde, o déficit hospitalar de leitos de UTI não representa uma questão crítica para a região. Porém, diante do perfil demográfico da população, a saúde pública parece ser uma área com desafios, ainda mais considerando que será a demanda deve crescer no cenário pós-pandemia. Como exemplo dessa questão, observamos que a quantidade de respiradores é maior que a média estadual.
9. Assistência social se encontra mais bem posicionada no quesito oferta de equipamentos públicos. Porém, a vulnerabilidade social é alta, quando olhada pelo número de famílias no Cadastro Único, que apesar de ser que menor que a média estadual, ainda é uma proporção considerada alta. Quando olhamos para a população em extrema pobreza a região também apresenta uma menor proporção da população nesta situação que o restante do estado, mas ainda sim um número significativo (6,7% da população). Tem-se

aqui um indicativo da importância de políticas de inclusão produtiva.

10. Existe disparidade econômica regional. Ao olharmos a classificação do IPRS, a proporção de municípios classificados como “Desiguais” na região é maior do que o observado no Estado de São Paulo. Portanto programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional. Vale ressaltar como ponto positivo da região é seu baixo percentual de municípios classificados como “Vulneráveis”.
11. Economia regional dominada pela atividade serviços e comércio. Porém, o setor de agropecuária tem uma importância maior na região que o observado na média do estado. Este pode ser um importante canal para a economia regional, indicando caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento para potencializar e diversificar este setor.
12. No campo da economia criativa deveria ser analisada as possibilidades de conectar a

modernização econômica aliada às vocações regionais dominantes.

13. Quantidade de MPEs similar a média estadual, que se reflete na proporção de empregos ofertados por essas empresas. O número de vínculos nas MPE's da região se destacam em relação ao estado nos setores de "Fabricação de móveis e produtos de indústrias diversas", "Abate e produtos de carne", "Fabricação de produtos de fumo" e "Fabricação de automóveis". Ações visando qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão de obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir um amplo espaço para incrementar a oferta de cursos e atividades de educação profissional.
14. Informalidade intermediária na região indica um espaço potencial para a expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras. Com relação ao número de MEIS por habitantes, a região de São José do Rio Preto é a sétima no ranking das regiões analisadas. Sua distribuição é bastante similar ao observado no restante do estado, se destacando mais no setor de "Extração de carvão mineral de minerais não metálicos".
15. Pandemia afetou o nível de emprego, com a região tendo um saldo negativo de abril a junho/2020, o que possivelmente se explica pela atividade econômica ser dependente do comércio e serviços que foram setores mais prejudicados pelo contexto. No entanto o saldo de empregos formais gerados no ano mostra que a região desempenha bem frente ao restante do estado, muito devido ao saldo positivo acumulado no período pré-pandemia e ao bom desempenho do setor agropecuário. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.
16. Região caracterizada por baixo associativismo entre produtores, o que mostra existir um caminho aberto para fomentar ainda mais esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP como pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo a agricultura familiar mostra o potencial para o apoio técnico a esses produtores e para o campo das compras governamentais.
17. Sistema S com reduzida atuação de assistência técnica mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto às empresas. O papel dos Agentes de

Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.

18. Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com maior volume recebido do governo federal que o restante do estado. Claramente devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.
19. A região gasta menos em despesas com pessoal do que a média estadual. Apesar disso, 2 dos 22 municípios da região que disponibilizam informação sobre o cumprimento da LRF, estão acima do limite prudencial. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.
20. Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que

há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números são bem mais modestos. Destaca-se o baixo nível percentual de municípios com planos de habitação e de desenvolvimento urbano. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.

21. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.
22. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo fértil de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP). Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.



23. O consorciamento intermunicipal na região é praticamente incipiente, muito abaixo do observado no restante do estado. Diante dos números que mostram políticas públicas com menos ênfase no associativismo, o SEBRAE-SP pode ofertar apoio técnico para a instalação de consórcios.

24. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.

25. Incentivo ao cooperativismo de setores informais figura como um campo de enormes possibilidades em face do levantamento realizado pela pesquisa primária. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.